

Pedagogia do Caminhar: a aprendizagem da cidade

The Pedagogy of Walking: Learning from the City

Diego Carlos Zanella¹

Resumo

O presente ensaio, inspirado no livro *Caminhar: Uma Filosofia* de Frédéric Gros (2023), investiga como o ato de caminhar pode-se configurar como prática filosófica, educativa e política no contexto urbano. Na perspectiva das Cidades Educadoras, a cidade é entendida como um espaço ativo de formação, que transcende a aprendizagem formal e adentra dimensões não formais e informais. Caminhar, portanto, emerge como um gesto de resistência à velocidade excessiva da vida contemporânea, convidando à desaceleração e à reflexão sobre a presença no ambiente urbano. Nessa abordagem, o caminhar favorece a observação atenta das dinâmicas sociais, culturais e históricas que definem a cidade, transformando ruas e praças numa “sala de aula viva”. A conexão sensorial e a exploração de detalhes aparentemente ordinários impulsionam o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca de questões como desigualdade, acessibilidade e planejamento. Assim, o ato de caminhar não só amplia a percepção do lugar, mas também fortalece vínculos comunitários e fomenta o sentido de pertença. Além disso, a prática de caminhar também propicia um desapego de excessos materiais e simbólicos, alinhando-se a uma visão de liberdade e transformação pessoal que impacta a coletividade. Projetos pedagógicos baseados em passeios reflexivos podem reorientar a experiência urbana, promovendo ainda maior empatia e inclusão. Dessa forma, o ensaio conclui que caminhar não se limita ao deslocamento físico, mas representa uma pedagogia do cotidiano, capaz de remodelar a relação entre indivíduos, cidade e sociedade rumo a uma convivência mais justa, participativa, sustentável e humana.

Palavras-chave: caminhar, cidades educadoras, filosofia, aprendizagem, espaço urbano

Abstract

This essay, inspired by Frédéric Gros's *A Philosophy of Walking* (2023), investigates how the act of walking can function as a philosophical, educational, and political practice within the urban context. From the standpoint of Educating Cities, the city is understood as an active educational space, extending beyond formal learning to encompass non-formal and informal dimensions. Thus, walking emerges as an act of resistance to the contemporary overemphasis on speed, inviting deceleration and a reflective stance toward one's presence in urban environments. In this approach, walking encourages a heightened awareness of the social, cultural, and historical dynamics that shape the city, transforming streets and squares into a “living classroom”. Sensory engagement and the exploration of seemingly ordinary details foster critical consciousness regarding issues such as inequality, accessibility, and urban planning. Therefore, walking not only broadens our perception of place but also strengthens community bonds and enhances the sense of belonging. Moreover, the practice of walking offers a release from material and symbolic excesses, aligning with a vision of freedom and personal transformation that ultimately affects the collective. Pedagogical projects based on reflective walks can reorient one's urban experience, further promoting empathy and inclusion. Consequently, this essay concludes that walking is not merely physical displacement but constitutes a “pedagogy of everyday life”, capable of reshaping the relationship between individuals, the city, and society, thus opening pathways toward a more equitable, participatory, sustainable, and humane coexistence.

Keywords: walking, educating cities, philosophy, learning, urban space

Introdução

Este artigo, escrito no formato de ensaio, inspira-se no livro de Frédéric Gros, *Caminhar: Uma Filosofia* (2023), e procura aplicar as suas reflexões à ideia da cidade como um espaço de aprendizagem. O formato de ensaio, aqui adotado, permite uma abordagem mais pessoal e reflexiva, em que se pode dialogar com conceitos e experiências, explorando ideias de forma aberta e interdisciplinar.

O livro de Gros, ao explorar o caminhar como prática filosófica, revela como esse ato pode ser uma ferramenta de autoconhecimento e conexão com o mundo, mas, em particular, com a cidade, o tipo de território aqui explorado. Gros aponta que, ao caminhar, se está mais atento aos detalhes do entorno, conectados com o presente e receptivos ao inesperado, o que abre espaço para descobertas tanto internas quanto externas.

Ao mesmo tempo, este ensaio alinha-se com os propósitos da *Cátedra Unesco UniTwin: A Cidade que Educa e Transforma*, fundada em 2023, e que reúne universidades dos países de língua portuguesa (Tascheto, 2024).¹ A origem do tema está vinculada ao documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), *Aprender a Ser: a educação do futuro*, coordenado por Edgar Faure, o qual é frequentemente referido como *Relatório Faure*, publicado em 1972. O documento contém um epílogo, que faz a passagem da segunda para a terceira parte, e toda a terceira parte dedicada à ideia de “cidade educadora” (Faure, 1973, p. 240ss). Esse documento, mais tarde, deu origem ao movimento de cidades educadoras, que ganhou destaque na década de 1990 e reúne diversas cidades ao redor do mundo através da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) (Alvarenga, Pereira & Quaresma, 2023, p.2; Alves, Lopes & Lazzarotto, 2023, p.2).

Os princípios fundamentais do conceito de Cidades Educadoras estão definidos na *Carta das Cidades Educadoras*, elaborada pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Esse documento estabelece que o Direito à Cidade Educadora é uma ampliação do Direito à Educação, no qual os habitantes têm garantidas a liberdade, a igualdade e o acesso a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal oferecidas pelo território urbano (Tascheto, 2024). A cidade, nesse contexto, é concebida como um espaço ativo de formação, em que cada elemento do ambiente contribui para o crescimento integral dos indivíduos e da comunidade.

O tema das Cidades Educadoras pode ser explorado sob diversas perspectivas, abrangendo diferentes contextos que vão desde as relações formais até às dimensões não formais e informais da educação. Essa amplitude reflete a riqueza do conceito de Cidade Educadora, que reconhece o território urbano como um espaço ativo de aprendizagem e transformação social (Bacila, 2021, p.1036). Com base nos estudos sobre Cidades Educadoras, é possível identificar três grandes eixos que estruturam a perspectiva educativa no contexto urbano. O primeiro está relacionado com as ações destinadas às relações formais da educação, como as iniciativas realizadas em instituições de ensino, em que o currículo e o processo de aprendizagem são sistematizados e estruturados de maneira tradicional (Bacila, 2021, p.1042). O segundo eixo refere-se à educação não formal, que abrange práticas educativas realizadas fora do ambiente escolar, como atividades culturais, desportivas, artísticas ou comunitárias, que promovem a formação cidadã e o desenvolvimento de habilidades em contextos menos convencionais (Bacila, 2021, p.1042). Por fim, o terceiro eixo diz respeito à educação informal, que emerge de interações espontâneas e quotidianas no espaço urbano, como a aprendizagem que ocorre em espaços públicos, na convivência comunitária ou por meio de experiências individuais em contato com a cidade (Bacila, 2021, p. 1042). Esses eixos demonstram que a cidade educadora se manifesta de forma ampla e diversa, reconhecendo a educação como um processo contínuo que se estende para além dos limites das salas de aula, abrangendo múltiplos contextos e práticas que valorizam a formação integral dos indivíduos.

Nesse contexto, o caminhar assume um papel essencial, pois coloca as pessoas em contato direto com os territórios urbanos nos quais a vida acontece (Gomes, 2018, p.204). As cidades, como espaços

¹ Gostaria de expressar o meu agradecimento ao meu colega e amigo Marcio Tascheto da Silva, cuja generosidade intelectual e entusiasmo contagiante contribuíram significativamente para as ideias desenvolvidas neste ensaio. As suas reflexões e conversas foram fundamentais para ampliar a minha visão sobre o papel educador da cidade, inspirando novas perspectivas e abordagens. Este trabalho, em muitos aspectos, é também fruto de sua parceria e colaboração.

em que se concentram histórias, relações e dinâmicas sociais, deveriam ser planeadas para atender às necessidades humanas e promover a qualidade de vida. No entanto, observa-se frequentemente o oposto: espaços urbanos hostis à vida humana, marcados pela desigualdade, insegurança e falta de acessibilidade (Fortuna, 2018a, p.39).

Aqui, a filosofia apresenta-se como uma ferramenta valiosa para questionar e refletir sobre esses territórios. Inspirando-se em Frédéric Gros (2023), o ato de caminhar torna-se um gesto de resistência e de interrogação: por que é que as nossas cidades não são mais acolhedoras? O que podemos aprender com os espaços em que vivemos? Caminhar não é apenas uma experiência individual, mas também uma prática coletiva que questiona as relações entre espaços e pessoas, promovendo a convivência, a reflexão e a construção de cidades mais conscientes e educativas, em que todos se tornam aprendizes e agentes de transformação.

Antes de Frédéric Gros propor, em *Filosofia: um caminhar*, uma reflexão existencial sobre o ato de caminhar, diversos autores já haviam explorado a relação entre a caminhada e a experiência urbana sob diferentes perspectivas. Walter Benjamin (1892-1940), por exemplo, ao resgatar a figura do *flâneur* – o andarilho atento que percorre a cidade moderna – revelou como o caminhar pode ser uma forma de leitura do espaço urbano, um modo de perceber as transformações sociais inscritas nas ruas e vitrines (Gros, 2023, p. 155-160). Henri Lefebvre (2001), Michel de Certeau (1994), Richard Sennett (2021) e David Le Breton (2011), cada um a seu modo, apontaram como o ato de caminhar é mais do que deslocamento: é uma prática simbólica, sensível e crítica que revela as múltiplas camadas da cidade.

Rebecca Solnit, em *A história do caminhar* (2016), também oferece uma abordagem profunda e multifacetada sobre o ato de caminhar, articulando dimensões filosóficas, históricas, políticas e culturais. Para Solnit, caminhar é tanto um gesto cotidiano quanto uma prática carregada de significados simbólicos. Ela examina como o caminhar se entrelaça com a história da liberdade individual, da criação artística e da participação política, abordando desde os passeios filosóficos da Grécia Antiga até as marchas de protesto do mundo contemporâneo. Ao longo do livro, Solnit mostra como o caminhar permitiu que sujeitos pensassem com o corpo, criassem com os pés e se posicionassem no mundo de maneira crítica e sensível. *A história do caminhar* não é apenas uma história do caminhar, mas uma celebração do movimento como forma de conhecer, imaginar e transformar o espaço e a si mesmo. Para ela, caminhar é um modo de estar no mundo que desafia a lógica da velocidade, da produtividade e da alienação típicas da modernidade urbana.

Inspirado nessas reflexões, este artigo explora como o ato de caminhar pela cidade pode se tornar uma verdadeira pedagogia: um modo de aprender não apenas sobre o espaço urbano, mas também sobre a convivência social e a riqueza cultural que circunda a vida urbana. Ao caminhar, desaceleramos o ritmo frenético do cotidiano e somos convidados a observar os detalhes, refletir sobre o que nos rodeia e interagir de forma consciente com a cidade (Gros, 2023, p. 34-36).

A filosofia de Frédéric Gros ensina-nos que caminhar é uma experiência de transformação pessoal, mas quando levada para o contexto urbano, torna-se também uma prática coletiva e educativa. A cidade, como um espaço repleto de histórias e dinâmicas sociais, desafia-nos a enxergar além do óbvio, a questionar as estruturas que promovem ou impedem a convivência humana, e a compreender as diferentes camadas culturais que a constituem. Dessa forma, o ato de caminhar transcende o simples deslocamento físico, tornando-se uma prática filosófica e educativa. Gros destaca que caminhar permite desacelerar, estar presente no momento e observar o mundo ao redor, elementos essenciais para uma vida mais consciente (Gros, 2023, p. 35). Grandes pensadores, como Nietzsche, Kant e Thoreau, encontraram no caminhar uma fonte de inspiração e reflexão. Gros enfatiza que, ao caminhar, somos convidados a observar, refletir e interagir com a cidade de uma maneira que transcende o automático, transformando a nossa compreensão do espaço urbano e de nós mesmos.

Mais do que uma experiência automática de deslocamento, o caminhar emerge como uma oportunidade de ressignificar a nossa relação com o ambiente urbano. Este ensaio propõe, portanto, uma reflexão sobre como o caminhar pode ser uma ferramenta filosófica e educativa que transforma não apenas a compreensão da cidade, mas também a de nós mesmos, tornando-nos mais atentos, conscientes e integrados às complexidades do espaço urbano.

O caminhar como ato filosófico

Frédéric Gros lembra-nos que caminhar é um ato simples e universal, mas também profundamente significativo. Para ele, o caminhar não é apenas um ato mecânico de deslocamento, mas um estado filosófico que nos coloca em contato direto com o presente e com a própria existência, “é a presença que se instala lentamente no corpo” (Gros, 2023, p.36). Esse ato de caminhar, livre de pressa e descomprometido com o destino, permite que o pensamento flua naturalmente, criando espaço para reflexões que muitas vezes ficam sufocadas pela velocidade da vida quotidiana. Gros contrasta essa visão com a forma como Kant via a caminhada, isto é, “o que distrai do trabalho, essa mínima higiene que permite ao corpo recuperar-se de ter estado sentado, encurvado, dobrado em dois” (Gros, 2023, p.20).

A ausência de pressa é essencial para o caminhar filosófico. A cadência do caminhar filosófico reside justamente na sua lentidão. Gros enfatiza que, ao desacelerar, experimentamos uma liberdade de renúncia, na qual “chega um momento em que não sabemos mais quantas horas já se passaram [...] e sentimos que poderíamos continuar assim por dias” (Gros, 2023, p. 14). Essa temporalidade expandida possibilita vivenciar experiências intensivas e presenciais, rompendo com a rigidez do tempo urbano e abrindo espaço para uma percepção mais sensível do entorno: a textura das paredes, o ritmo dos passos, o fluxo dos transeuntes. Como assinala o autor, caminhar é também uma “liberdade suspensiva” (Gros, 2023, p.11), uma fuga das obrigações cotidianas que abre espaço para a contemplação e o questionamento.

Quando aplicado ao contexto urbano, esse caminhar filosófico assume uma dimensão política. A cidade, com as suas múltiplas camadas, transforma-se num território de descobertas, no qual cada rua ou encontro expõe narrativas de história, cultura e desigualdade. Gros enfatiza que caminhar é um ato de resistência, um rompimento com estruturas decadentes, desafiando a lógica utilitarista que reduz o espaço urbano a simples percursos funcionais. Ao vagar sem destino, o caminhante pratica uma “liberdade transgressora” (Gros, 2023, p.11), desafiando normas invisíveis que regulam corpos e mentes na metrópole. Essa prática ecoa as caminhadas de Gandhi, que transformou o ato de caminhar em instrumento de resistência política e reinvenção constante. Para ele, caminhar não era apenas um gesto simbólico, mas uma afirmação de autonomia e um protesto contra a exploração. Como aponta Gros, Gandhi denunciava que viver acima das próprias necessidades implica, inevitavelmente, “explorar o próximo” (Gros, 2023, p.174). Nesse sentido, o caminhar torna-se um ato de resistência não apenas contra as estruturas opressivas, mas também contra a lógica do excesso e do consumo desenfreado, reafirmando a simplicidade como um caminho para a liberdade.

Na contramão desse olhar atento e reflexivo sobre a cidade, a vida moderna se impõe com o seu ritmo acelerado, ditado por compromissos incessantes e pela urgência do tempo produtivo. Nas grandes cidades industriais, as ruas são dominadas por corpos que se movem apressadamente, absorvidos pela lógica da eficiência, pois “essas pessoas que vão ou vêm do trabalho, dirigem-se a reuniões de negócios, correm para entregar um pacote ou chegar a um encontro são as representantes da nova civilização” (Gros, 2023, p. 156). A cidade, nesse contexto, deixa de ser um espaço de encontro e aprendizagem e se reduz a um território de deslocamentos mecânicos, em que a velocidade sufoca a experiência do estar presente.

Essa pressa constante, alimentada pela necessidade de cumprir prazos e atender a pedidos, limita a capacidade de percepção do ambiente urbano. “Depois do trabalho, é o metro, o comboio, sempre a velocidade, o olhar agora pregado no ecrã do telefone, e mais pulsar de toques e de novo o desfile das mensagens e imagens” (Gros, 2023, p.162). O sujeito contemporâneo, imerso na aceleração digital e na sobrecarga de estímulos, perde a conexão com o espaço ao seu redor. O tempo da cidade torna-se um fluxo contínuo de tarefas e notificações, distanciando as pessoas da experiência concreta do lugar em que vivem.

Diante dessa realidade, o ato de caminhar lentamente ressurge como uma forma de resistência. Gros lembra que “a experiência da caminhada é sempre uma sensação de gravidade” (2023, p.162), um gesto que nos ancora no presente e nos reconecta com a materialidade do mundo. A cidade,

quando percorrida sem pressa, revela a sua narrativa oculta: as histórias inscritas nas fachadas desgastadas, os pequenos gestos da vida quotidiana, os contrastes e dinâmicas que estruturam o espaço urbano. Assim, caminhar não é apenas uma alternativa ao ritmo frenético da modernidade, mas um ato político e sensível que reivindica o direito de estar, perceber e interpretar a cidade em toda a sua complexidade.

Mais do que observar a cidade, caminhar é estabelecer um diálogo com ela, um processo de troca e descoberta mútua. Gros sugere que, ao caminhar, nos confrontamos com a questão do que realmente importa, avaliando o peso, tanto literal quanto simbólico, daquilo que carregamos. “Daí a pergunta, sempre a mesma: isto é realmente necessário?” (Gros, 2023, p.165). Nesse sentido, o ato de caminhar torna-se uma metáfora para o desapego, uma prática que convida ao desprendimento de excessos materiais e simbólicos, permitindo uma relação mais autêntica com o mundo e consigo mesmo.

Na perspectiva de Thoreau, Gros enfatiza que “[c]aminhar [...] não é encontrar a si mesmo, mas dar-se sempre a possibilidade de se reinventar” (Gros, 2023, pp.92-93). O caminhar, portanto, não é apenas um retorno à essência, mas um processo contínuo de transformação, em que cada passo abre espaço para novas perspectivas e possibilidades de ser. Ao abandonar o supérfluo e reduzir a bagagem ao essencial, o caminhante se coloca num estado de abertura para o inesperado, rompendo com a rigidez das rotinas e das identidades fixas. Caminhar sem excessos não é apenas uma questão de leveza física, mas também um exercício de desapego mental, em que velhos padrões de pensamento podem ser desafiados e novas formas de compreender o mundo emergem.

Assim, a caminhada torna-se um ato de reinvenção, em que a paisagem e os encontros ao longo do trajeto não são meros cenários, mas agentes de mudança. A cidade, a natureza, as ruas desconhecidas e os rostos anônimos oferecem fragmentos de experiências que deslocam certezas, abrindo caminho para um sujeito em constante movimento, não apenas no espaço, mas também dentro de si.

A cidade como espaço de aprendizagem

A cidade é muito mais do que um conjunto de ruas e edifícios; ela é um organismo vivo, pulsante, que reflete a história coletiva, a cultura local e as dinâmicas sociais que a moldam. Cada rua, cada praça, cada bairro carrega consigo uma narrativa única, que revela as transformações ao longo do tempo e as relações entre os seus habitantes. Ao caminharmos por ela, deixamos de ser meros observadores passivos e tornamo-nos parte desse cenário dinâmico, interagindo com os seus elementos e absorvendo as lições que o espaço urbano tem para oferecer, pois ele convida-nos à leitura das cidades (Bacila, 2021, p.1035).

Caminhar pela cidade é também uma forma de questionamento e reflexão. Quando nos permitimos observar atentamente os detalhes ao nosso redor — como a textura das fachadas, os sons do ambiente e o comportamento das pessoas —, tornamo-nos mais conscientes das dinâmicas que moldam aquele espaço. Essa experiência convida-nos a considerar o impacto das desigualdades sociais, da gentrificação e da falta de planejamento urbano na qualidade de vida das pessoas. Como afirma Fortuna, “só se consegue reconhecer a diversidade caminhando a cidade devagar” (2018b, p.136). A cidade revela-se não apenas como um lugar de passagem, mas como um espaço vivo que educa, provoca e transforma.

Aprender pela cidade exige mergulhar na sua pluralidade e complexidade. Essa aprendizagem começa ao vermos a cidade como um registo vivo da sua história. Edifícios antigos, monumentos e praças não são apenas cenários do quotidiano; eles carregam memórias coletivas que ecoam no presente. Como destaca Bacila, “[a]s cidades são locais públicos pertencentes a todos os seus cidadãos e, conseqüentemente, que a vivem na sua complexidade” (2021, p.1035). Observar um casarão desgastado ou uma praça esquecida convida-nos a refletir sobre as transformações sociais, económicas e culturais que moldaram a cidade e sobre o que essas mudanças dizem sobre as pessoas que nela viveram.

A cultura também se manifesta de forma vibrante nas ruas. A arte urbana, os sons que ecoam das esquinas, as intervenções artísticas e os eventos locais são expressões dinâmicas do pulsar cultural

da cidade. Elas dão voz às comunidades e criam uma diversidade que desafia o caminhante a olhar além da superfície. Cada grafite, cada canção tocada na calçada é um convite a perceber como diferentes culturas coexistem e se influenciam mutuamente. Para Alvarenga, Pereira e Quaresma, “[o] conceito de cidades educadoras refere-se à ideia de que uma cidade deve ir além de suas funções tradicionais [...] e assumir uma função educadora” (2023, p.2).

Já a sociologia do espaço urbano é revelada nos fluxos de pessoas e na maneira como os espaços são ocupados ou abandonados. Ao caminhar pelas ruas, percebemos as dinâmicas de exclusão e inclusão social. Espaços degradados ou revitalizados contam histórias de desigualdade e poder, enquanto as interações humanas nesses ambientes nos ensinam sobre convivência e resistência. “[A] rápida urbanização sem um planejamento urbano adequado pode trazer vulnerabilidades socioambientais indesejadas [...], resultando em espaços marcados pela segregação socioespacial e más condições de infraestrutura” (Alvarenga, Pereira & Quaresma, 2023, p.2). Essas observações não apenas informam, mas também nos provocam a questionar as estruturas sociais que configuram a cidade.

Caminhar pela cidade, portanto, é muito mais do que um ato de deslocamento. É uma experiência de aprendizagem profunda, em que cada detalhe do ambiente urbano se torna uma lição em potencial. Cabe ao caminhante, livre de pressa, abrir-se às histórias, às culturas e às dinâmicas sociais que se desdobram a cada passo. Dessa forma, a cidade transforma-se numa verdadeira sala de aula viva, capaz de enriquecer a nossa compreensão sobre o mundo e sobre nós mesmos.

Caminhar pela cidade é uma prática que nos desafia a romper com o olhar superficial e funcional que muitas vezes direcionamos ao ambiente urbano. Como afirma Fortuna, “[n]as cidades de hoje, o exercício de andar deixou de ser o grande meio de conhecer e pensar o espaço” (Fortuna, 2018b, p.137). É um ato que nos ensina a apreciar as nuances do espaço e a encontrar valor nos detalhes aparentemente ordinários. A cada passo, criamos uma conexão mais profunda com as histórias e as camadas de significado que definem o lugar, permitindo que a cidade deixe de ser apenas um meio de passagem e se transforme num lugar de pertença e descoberta.

Essa experiência de caminhar também nos convida a refletir sobre como as escolhas urbanas afetam as nossas interações e a qualidade da vida coletiva. “A cidade educadora é vista como um sistema complexo em constante evolução, que prioriza o investimento cultural e a formação da população” (Alvarenga, Pereira & Quaresma, 2023, p.2). Ao observarmos os contrastes entre os espaços acessíveis e excludentes, entre o preservado e o negligenciado, somos instigados a pensar em como podemos reimaginar a cidade como um espaço mais inclusivo e humano. Assim, o caminhar não apenas transforma o indivíduo, mas também planta sementes de transformação no próprio tecido urbano.

Caminhar e educação: uma pedagogia do cotidiano

O caminhar como ferramenta pedagógica valoriza a aprendizagem pela experiência direta e pela descoberta ativa, permitindo uma compreensão mais profunda e sensível do mundo ao nosso redor. Esse ato, aparentemente simples, carrega em si a possibilidade de romper com o modelo tradicional de ensino, que frequentemente se restringe à abstração dos conteúdos e à passividade do aluno em sala de aula. Em sintonia com a visão de Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (1996, p. 25). Nesse sentido, o caminhar traz à tona uma dimensão prática, em que teoria e vivência se entrelaçam, conferindo um caráter dinâmico e transformador ao processo educativo.

Mais do que deslocar-se de um ponto a outro, o caminhar promove uma relação de envolvimento direto com o ambiente. Ele nos convida a explorar texturas, sons, cheiros e interações que compõem o cenário urbano. Nesse contexto, a aprendizagem deixa de ser unidimensional e passa a ser multissensorial, estimulando não apenas o intelecto, mas também a percepção emocional e sensorial do mundo. Cada trajeto percorrido torna-se uma experiência única, um campo de observação e reflexão sobre o cotidiano. No dizer de Fortuna, “[n]a cidade, este encontro com o inesperado envolve uma relação espontânea com o espaço público e o desenho urbano e encontra na caminhada um dos seus mais potentes dispositivos de observação” (2018b, p.146).

Essa abordagem educativa também abre espaço para que se questione o próprio conceito de

aprendizagem. O que significa aprender quando estamos em movimento? Ao caminhar, somos colocados em situações que nos desafiam a reinterpretar o que vemos e vivemos. Esse movimento é dinâmico e interativo, exigindo que o indivíduo se envolva ativamente com o ambiente e com as pessoas ao redor, construindo conhecimento de forma colaborativa e significativa. Em consonância com o pensamento de Dewey, a experiência é um elemento central no processo educativo. Dewey propõe que o conhecimento seja construído a partir de situações concretas, nas quais não se absorve apenas informações, mas também as relaciona com seu contexto social, emocional e intelectual. Dessa forma, a experiência autêntica passa por um envolvimento ativo do sujeito: ele observa, experimenta, reflete e, por fim, reconstrói o saber de modo significativo (Dewey, 2023, p. 40-41).

Dessa forma, o caminhar transcende o mero deslocamento e consolida-se como uma prática pedagógica que valoriza a exploração, a experimentação e a relação direta com o mundo. Esse ato evidencia que aprender é um processo vivo e em constante movimento, no qual a cidade e os seus elementos deixam de ser meros cenários estáticos para se tornarem agentes ativos na construção do conhecimento. Como salienta Fortuna (2018a, p.39), “[e]sta consciência da deslocação humana preside à diferença entre a condição de meros sujeitos pedestres e sujeitos caminhantes, aqueles que, dando concreção ao ato de andar, o fazem com intenção de alcançar determinado lugar a pé”.

Projetos educativos têm explorado o potencial transformador do ato de caminhar como instrumento de aproximação e reconexão com o espaço urbano. Passeios guiados em centros históricos permitem que as pessoas mergulhem nas camadas de história que moldaram a cidade, revelando as intenções arquitetônicas e o planejamento urbano que dão conta das transformações culturais e sociais ao longo do tempo. Essas experiências vão além da simples observação, pois criam um diálogo entre as pessoas e a cidade, estimulando uma reflexão crítica sobre as marcas do tempo e a sua relevância no presente. Nesse sentido, o caminhar pode ser compreendido como uma estratégia de afirmação pessoal e social, “em que sobressaem as inerentes diferenças de estatutos e significados simbólicos do andar e da sua estética” (Fortuna, 2018b, p.140). Assim, caminhar configura-se como uma prática estética e exploratória que transforma tanto o espaço percorrido quanto aquele que o caminha, já que cada trajetória abre novas possibilidades de percepção.

Caminhadas reflexivas em parques ampliam essa prática ao integrar a natureza no contexto urbano, possibilitando que os participantes observem de maneira mais profunda a interdependência entre o ser humano e o meio ambiente. Esses momentos de contemplação e reflexão não apenas despertam uma consciência ecológica, mas também promovem um olhar atento e empático para os detalhes do cotidiano, como a interação entre a fauna, a flora e a própria dinâmica da cidade. Ao valorizar o contato direto com os elementos naturais, desenvolve-se uma sensibilidade maior para questões ambientais e uma compreensão mais ampla sobre a responsabilidade coletiva na preservação dos recursos naturais.

Além disso, a prática de caminhar de forma refletida estimula um ritmo mais lento, favorecendo a observação de nuances que passam despercebidas na rotina acelerada das grandes metrópoles. Nesse sentido, Gros (2023, p. 35) destaca que “a lição era que, na caminhada, o sinal autêntico da segurança é uma boa lentidão”, isto é, “a extrema regularidade dos passos, sua uniformidade”. Para o autor, desacelerar não significa perder tempo, mas, ao contrário, criar oportunidades de vivenciar o espaço com mais intensidade, tornando cada passo um momento de descoberta.

Essa postura questiona a “ilusão da velocidade”, que, segundo Gros (2023, p.35), consiste em “acreditar que ela faz ganhar tempo”. Na verdade, manter um ritmo constante e contemplativo pode revelar dimensões antes ignoradas, tanto na paisagem quanto na própria experiência subjetiva do andar. Isso reforça a importância de desacelerar e prestar atenção às pequenas transformações do ambiente, bem como aos pensamentos e emoções que emergem ao longo do trajeto. Dessa forma, as caminhadas reflexivas se mostram ferramentas potentes para promover autoconhecimento, estimular a criatividade e fortalecer a relação entre o indivíduo e o espaço que o cerca.

Intervenções artísticas urbanas representam uma dimensão poderosa dessa abordagem educativa. Ao estimular questionamentos sobre a ocupação e o uso do espaço público, essas experiências nos convidam a refletir sobre a relação entre arte, cidade e sociedade. Assim, fomentam discussões acerca de como a criatividade pode ressignificar ambientes urbanos, promover inclusão e levantar temas como desigualdade, identidade e pertença.

Sob essa ótica, é possível observar que a produção social do espaço tende a valorizar o “espaço imagem”, em detrimento daquele “concretizado pela prática, apropriado” (Gomes, 2018, p.216). Quando os significados são apreendidos passivamente, sem tempo de afeto ou relação de apropriação, o espaço não se consolida como lugar vivido, tornando-se abstrato, neutro e subordinado à eficiência funcional. Trata-se do espaço planejado e projetado, definido como “espaço consensual sem conflito, espaço dos serviços e das trocas” (Gomes, 2018, p.216). Nesse cenário, as intervenções artísticas urbanas surgem como contraponto, convidando à participação ativa, à vivência coletiva e à construção de vínculos afetivos com o ambiente, de modo a dar novo sentido à paisagem e às experiências quotidianas na cidade.

Essas iniciativas reforçam que o caminhar é muito mais do que um ato físico; “[c]aminhar não é um desporto” (Gros, 2023, p.7); caminhar é uma prática de envolvimento com o mundo, que une passado e presente, contemplação e ação, promovendo uma aprendizagem que é, simultaneamente, individual e coletiva. “Quando caminhantes se encontram, não se fala de resultado, não se fala de números: um diz ao outro que caminho tomou, que trilha oferece a paisagem mais bonita, que vista se contempla de determinado promontório” (Gros, 2023, p.8).

Dessa forma, caminhar ensina a observar o mundo com atenção plena, permitindo que os sentidos se reconfigurem para captar detalhes muitas vezes ignorados no ritmo frenético da vida urbana. É uma prática que vai além do olhar: é perceber as texturas das fachadas, os sons que emergem do movimento das pessoas e os odores que marcam o ambiente. Essas percepções sensoriais não apenas enriquecem a nossa experiência cotidiana, mas também nos conectam mais profundamente com o espaço ao nosso redor.

Inspirado por essa valorização da experiência sensorial, Jan Gehl (2013), em *Cidades para Pessoas*, destaca a importância de projetar cidades a partir da escala humana, isto é, considerando a forma como o corpo e os sentidos interagem com o espaço. Para ele, a qualidade do ambiente urbano está diretamente ligada à maneira como o pedestre percebe a cidade enquanto caminha: a altura dos edifícios, a variação das fachadas, a presença de elementos naturais, a sonoridade e até mesmo os cheiros compõem um repertório sensorial que influencia o nosso bem-estar e o nosso sentido de pertença. Gehl argumenta que ambientes urbanos ricos em estímulos humanos e sensoriais favorecem o encontro, a permanência e o prazer de estar na cidade. Assim, o caminhar não é apenas uma forma de locomoção, mas uma vivência estética e afetiva, potencializada por um urbanismo que respeita os ritmos e os sentidos do corpo.

No ritmo mais lento do caminhar, criam-se as condições ideais para interagir de forma reflexiva com o espaço urbano. A cidade deixa de ser um local apenas funcional para se tornar um cenário de descobertas. A lentidão do caminhar é o que permite aceder às narrativas ocultas em cada esquina, convidando o caminhante a investigar como as dinâmicas sociais e culturais se manifestam nos espaços.

Essa é a essência de uma pedagogia do quotidiano: transformar o ato de caminhar numa aprendizagem orgânica, em que a cidade se torna uma sala de aula viva. Cada rua é um capítulo a ser lido, cada interação é uma lição em potencial. Essa abordagem não apenas nos desafia a explorar ativamente o ambiente urbano, mas também redefine a relação entre sociedade e espaço, promovendo uma aprendizagem que é transformadora tanto para o indivíduo, quanto para a coletividade.

Desafios e possibilidades

Apesar do potencial transformador do ato de caminhar na cidade, essa prática enfrenta desafios significativos que refletem as desigualdades estruturais e históricas presentes no ambiente urbano. Questões como falta de acessibilidade, insegurança e desigualdades económicas limitam a experiência de muitos caminhantes. Espaços públicos degradados ou hostis são sintomas de uma urbanização que frequentemente ignora as necessidades humanas em favor de interesses económicos. Esse cenário afeta especialmente grupos mais vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência, mulheres e moradores das periferias, para quem o simples ato de caminhar se transforma num exercício de superação e resistência.

A difusão do automóvel, por exemplo, apesar de ter ampliado o acesso a determinadas localidades, também se converteu num fator de segregação para aqueles que não possuem carro, produzindo “um déficit de mobilidade, gerador de desigualdades e de exclusão social” (Gomes, 2018, p.214). Assim, o veículo particular, que poderia simbolizar liberdade, contribui para aprofundar diferenças sociais ao reforçar a dependência da infraestrutura viária e excluir quem não tem condições de arcar com os custos da sua manutenção.

Nesse contexto, a combinação de dispersão espacial e liberalização econômica “conduz inevitavelmente à segregação; a acessibilidade econômica ao imobiliário reflete a condição socioeconômica dos seus habitantes” (Gomes, 2018, p.216). A distância física torna-se, então, catalisadora de maior distanciamento econômico, social e cultural, colocando em xeque a cidade como lugar de coexistência social e espacial. Com a intensificação da polarização e da segregação, aumenta também a percepção de insegurança em relação ao outro, incentivando a procura por espaços controlados, como condomínios privados. Dessa maneira, o desenho urbano e as políticas públicas voltadas ao planejamento das cidades acabam reforçando desigualdades, afetando diretamente a experiência do caminhar e enfraquecendo o potencial de conexão e transformação que ele pode proporcionar.

A ausência de acessibilidade plena é um dos principais entraves para a democratização do caminhar. Calçadas estreitas, esburacadas ou inexistentes, aliadas à falta de sinalização adequada, tornam a locomoção insegura e difícil. Para pessoas com mobilidade reduzida ou necessidades especiais, esses obstáculos são verdadeiros impeditivos, reforçando um modelo de cidade que privilegia os automóveis e marginaliza os pedestres. Além disso, a segregação espacial, típica das grandes cidades, perpetua uma lógica de exclusão: enquanto algumas áreas recebem investimentos em infraestrutura e segurança, outras permanecem esquecidas, limitando o direito dos seus moradores de ocupar o espaço urbano de forma plena e igualitária.

Em contrapartida, vislumbra-se a possibilidade de um “tempo urbano, de alta densidade, especialmente associado ao caminhar na cidade e à apropriação dos espaços públicos, encarados como articuladores, força reativa contrária à cidade segregada, social e culturalmente hiper especializada” (Gomes, 2018, p.218). Nesse sentido, o ato de caminhar pode-se converter em ferramenta de resistência e transformação, permitindo que os cidadãos ocupem coletivamente as ruas e calçadas, tornando-as espaços de encontro e interação em escala humana. Desse modo, o caminhar surge como prática capaz de desafiar as fronteiras impostas pela lógica automobilística e pelas desigualdades sociais, na medida em que promove conexões mais inclusivas e democráticas na vida urbana.

A insegurança urbana também desempenha um papel fundamental na restrição do caminhar. Violência, falta de iluminação pública em muitas áreas e a sensação de vulnerabilidade afastam as pessoas das ruas, sobretudo em horários de menor movimento. Esse ambiente de temor estimula uma relação conflituosa com a cidade, levando ao abandono de espaços públicos e à concentração de atividades em regiões consideradas mais seguras. Em consequência, as áreas abandonadas tendem a deteriorar-se, alimentando um ciclo vicioso de exclusão e invisibilidade para os seus moradores, além de enfraquecer o potencial transformador que o caminhar pode oferecer na promoção de encontros e no fortalecimento do senso de comunidade.

Apesar dos desafios, o potencial do caminhar para transformar a cidade e as suas dinâmicas sociais é imenso. Para que esse potencial se realize, é fundamental que políticas públicas sejam planeadas a partir de uma perspectiva inclusiva e humana. Como defendem as cidades educadoras, “conscientes de que suas ações têm impacto nas atitudes, convivências e valores das pessoas, e buscam promover a aprendizagem formal, informal e não-formal” (Alvarenga, Pereira & Quaresma, 2023, p.3). Para isso, o envolvimento efetivo dos cidadãos e a formação de comunidades participativas tornam-se prioridades.

A revitalização de áreas degradadas através de projetos participativos que envolvam as comunidades locais torna-se uma estratégia de reapropriação do espaço urbano. Tais processos podem transformar espaços abandonados em polos de cultura, lazer e convivência, reforçando o senso de pertença e fortalecendo laços comunitários. Paralelamente, campanhas educativas que promovam a mobilidade ativa contribuem para conscientizar a população sobre os benefícios do caminhar, tanto para a saúde individual quanto para a construção de cidades mais sustentáveis.

Nesse contexto, também é fundamental compreender o ato de caminhar como um ato político. Ao ocupar o espaço urbano, o caminhante não apenas reivindica o seu direito à cidade, mas questiona as estruturas excludentes e demanda ambientes inclusivos e humanos. Esse gesto, embora silencioso, produz efeitos profundos, pois ressignifica o uso dos espaços públicos e estimula um diálogo constante entre o indivíduo e a coletividade. Cada passo dado numa cidade que luta contra a exclusão e a desigualdade é um ato de resistência e transformação. É por meio do caminhar que podemos imaginar e construir um futuro em que a cidade seja verdadeiramente de todos.

Considerações finais

Caminhar pela cidade é um ato que transcende o deslocamento físico e se transforma numa prática de conexão profunda com o espaço urbano, com as pessoas e com as histórias que a cidade carrega. Ao caminhar, tornamo-nos mais conscientes das narrativas invisíveis que moldam a cidade: as memórias escondidas nas suas ruas, as dinâmicas sociais que movimentam os seus habitantes e as contradições que revelam desigualdades, mas também potencialidades. Inspirado pelas ideias de Frédéric Gros, o ato de caminhar ensina-nos a desacelerar num mundo que insiste em velocidade, a observar em profundidade e a refletir criticamente sobre a nossa relação com o ambiente urbano.

A cidade, quando vivenciada a pé, transforma-se numa sala de aula viva, em que cada detalhe é um convite à aprendizagem. Não é apenas um conjunto de ruas e edifícios, mas um território de encontro, de trocas culturais e de transformações sociais. Cada passo oferece a oportunidade de reinterpretar os espaços, questionar as estruturas que os organizam e, principalmente, ressignificar a nossa própria presença na cidade. Caminhar de forma consciente é um ato político que afirma o nosso direito ao espaço urbano e fortalece a ideia de que a cidade pertence a todos.

Nesse sentido, o caminhar convida-nos a uma nova forma de ver e viver a cidade: não como um mero cenário de passagem, mas como um organismo vivo, em que cada esquina pode ensinar sobre empatia, cada rua pode inspirar novas formas de resistência e cada encontro pode abrir caminhos para uma convivência mais justa. É um convite a transformar a relação com o espaço urbano e a participar ativamente na construção de um futuro coletivo mais inclusivo, sustentável e humano.

Referências

- Alvarenga, A. C. J. R., & Pereira, R. K., & Quaresma, C. C. (2023). Cidades educadoras: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Dialogia*, 45, 1-19. <https://doi.org/10.5585/45.2023.24668>.
- Alves, A. R., & Lopes, L. F., & Lazzarotto, E. P. S. (2023). Oportunidades formativas e práxis na cidade educadora: a cidade como proposta curricular. *Revista Dialogia*, 45, 1-20. <https://doi.org/10.5585/45.2023.24072>.
- Bacila, M. S. (2021) Cidades Educadoras: um estado da arte entre 1990 e 2020 e a relação com a educação formal. *Revista Intersaberes*, 16 (39), 1034-1048. <https://doi.org/10.22169/revint.v16i39.2207>.
- De Certeau, M. (1994). A invenção do cotidiano. Vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis, Vozes.
- Dewey, J. (2023) *Experiência e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Faure, E., et al. (1973). *Aprender a ser: la educación del futuro*. Madrid: Alianza Editorial. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132984>.
- Fortuna, C. (2018a). Caminhadas urbanas, com-vivências inesperadas. *E-Cadernos CES*, 29, 37-56. <https://journals.openedition.org/eces/3114>.
- Fortuna, C. (2018b). Caminhar urbano e vivências imprevistas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6(13), 136-154. <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/393>.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

- Gehl, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, M. (2018). A evolução da cidade e a transformação da prática e do significado do caminhar. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 13, 203-221. <https://scielo.pt/pdf/got/n13/n13a10.pdf>.
- Gros, F. (2023). *Caminhar: uma filosofia*. São Paulo: Ubu Editora.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Le Breton, D. (2011). *Elogio del caminar*. Madrid: Siruela.
- Sennett, R. (2021). *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record.
- Solnit, R. (2016). *A história do caminhar*. São Paulo: Martins Fontes.
- Tascheto, M. (2024) “Uma cidade educadora é radicalmente democrática”. Reportagem de Nataly Simões. Educação e Território, 8 de agosto de 2024. <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/marcio-tascheto-uma-cidade-educadora-e-radicalmente-democratica/>.

Como citar este ensaio:

Zanella, D. (2026). Pedagogia do Caminhar: a aprendizagem da cidade. CIDADES, Comunidades e Territórios, 51, e20260740569. <https://doi.org/10.15847/cct.40569>

Diego Carlos Zanella, Universidade Franciscana.

E-mail: [diego.zanella \[at\] gmail.com](mailto:diego.zanella@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2180-4011>

Contribuições para o artigo: concetualização, curadoria dos dados, investigação, metodologia, validação, visualização, redação do original, revisão e edição.